



CNPJ nº 88.747.928/0001-85
Carta Patente SUSEP nº 020
Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:
A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2023.

é 1,8%. De qualquer sorte, o mercado segurador brasileiro manteve sua dinâmica, refletindo a complexidade e as transformações no cenário econômico e social. Nesse contexto a previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

Resultado da entidade
A Entidade apresentou no exercício de 2023 um superávit de R\$ 45 mil, resultado impactado pelo aumento do resultado financeiro e uma redução nas despesas com acordos judiciais.
A Entidade reinveste seu superávit e não distribui resultados aos participantes.

Organização estatutária
Não houve, no exercício de 2023, qualquer tipo de acordo com o

quadro associativo da Entidade e alteração estatutária.
O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é atuante e participa das decisões da Diretoria da Entidade.

Controles internos
A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

Declaração sobre a capacidade financeira
As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação", ajustadas pelo valor de mercado.
Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente

em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

Perspectivas futuras
A Entidade continuará a enviar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024. A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2023	2022
Ativo	36.748	34.947
Circulante	3.204	3.204
Disponível	2.871	19.805
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.871	19.805
Aplicações (Nota 6)	17.850	13.427
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))	1.072	1.083
Valores a receber	1.072	1.083
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	14.918	598
Títulos e créditos a receber	2.355	242
Assistência financeira a participantes	398	247
Outros créditos	12.165	109
Outros valores e bens (Nota 10)	22	22
Bens a venda	22	22
Despesas antecipadas (Nota 7)	15	12
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	15	12
Não circulante	6.382	6.271
Realizável a longo prazo	6.382	6.271
Títulos e créditos a receber	5.564	4.504
Títulos e créditos a receber (Nota 6(g))	1.263	-
Assistência financeira a participantes (Nota 6(g))	2.398	2.490
Depósitos judiciais (Nota 8)	1.903	2.014
Outros valores e bens	790	1.737
Outros valores e bens (Nota 9)	790	1.737
Despesas antecipadas (Nota 7)	28	30
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	28	30
Total do ativo	43.130	41.218

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social Em milhares reais					
	Reserva patrimonial	Retenção de superávit	Contingências de benefícios	Superávits acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022	3.204	21.096	1.555	-	25.855
Reversão da Reserva de Contingências	-	-	(128)	128	-
Superávit do exercício	-	-	-	15	15
Destinação do superávit	-	143	-	(143)	-
Em 31 de dezembro de 2022	3.204	21.239	1.427	-	25.870
Superávit do exercício	-	-	-	45	45
Destinação do superávit	-	25	-	(45)	-
Em 31 de dezembro de 2023	3.204	21.264	1.447	-	25.915

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta, atuando em todo território nacional. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
As atividades da Entidade são realizadas entre outras empresas do Grupo econômico Sabemi.
A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.
Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda
Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, por exemplo, os investimentos em classificados como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio social. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 26 de fevereiro de 2024.

(c) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem as operações de títulos e créditos a receber, principalmente com partes relacionadas, operações de assistência financeira, demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
Os valores registrados nas contas de títulos e créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais e créditos resultantes da venda de investimentos (imóveis), incluindo a atualização monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

Reconhecimento e mensuração
Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.
O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluindo o risco de crédito do emissor.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)
A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

2.4 Ativos financeiros
Classificação
A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:
• dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
• quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2023	2022
Variações de outras provisões técnicas	44	(7)
Benefícios retidos	(681)	(1.108)
Contribuições para cobertura de riscos	6.604	6.433
Varição das provisões técnicas de prêmios	(109)	617
Prêmio ganho	6.495	7.050
Sinistros ocorridos (Nota 22)	(1.166)	(706)
Custo de aquisição (Nota 22)	(378)	(277)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22)	(786)	(1.757)
Despesas administrativas (Nota 22)	(6.354)	(5.692)
Despesas com tributos (Nota 22)	(222)	(275)
Resultado financeiro (Nota 22)	3.155	2.571
Resultado patrimonial (Nota 22)	(30)	(1)
Resultado operacional	77	(202)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 22)	(32)	217
Superávit do exercício	45	15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais		
	2023	2022
Superávit do exercício	45	15
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	45	15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais			
	2023	2022	
Atividades operacionais			
Superávit do exercício	45	15	
Varição nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	(4.423)	6.883	
Créd. das operações com previd. complementar	11	205	
Depósitos judiciais e fiscais	111	130	
Outros ativos	(14.545)	(1.451)	
Impostos e contribuições	(72)	344	
Outras contas a pagar	(30)	(3.145)	
Déb. das operações com previd. complementar	(8)	(4)	
Depósito de terceiros	(36)	(46)	
Provisões técnicas - previdência complementar	90	(1.271)	
Provisões judiciais	1.923	(216)	
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades operacionais	(16.934)	1.444	
Redução (aum.) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(16.934)	1.444	
Caixa e equival. de caixa no início do exercício	19.805	18.361	
Caixa e equival. de caixa no final do exercício	2.871	19.805	
Redução (aum.) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(16.934)	1.444	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atualização monetária vinculada.
Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR): constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
• declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
• desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
• dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Entidade mensura o prejuízo. Nesta circunstância, o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.
Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

Valores calculados de Sinistro;
Juros de Mora;
Atualização Monetária; e
Probabilidade de perda judicial (para Benefícios vinculados a processos judiciais).
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Sinistro;
Juros Remuneratórios do Plano;
Atualização Monetária;
Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e
Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).

2.5 Ativos não circulantes
Realizável a longo prazo
É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusos, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base. As principais premissas de cálculo são:
Contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou restituídas;
Data de início e término de vigência do risco; e
Data de emissão do risco.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Os outros ativos não financeiros, circulantes ou não circulantes, são revisados anualmente se identificado evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Entidade.
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída para garantir o pagamento de sinistros avisados e não pagos. Seu cálculo possui distinções quando do status do evento, entre administrativo e judicial. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Sinistro;
Juros de Mora;
Atualização Monetária; e
Probabilidade de perda judicial (para Benefícios vinculados a processos judiciais).
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Sinistro;
Juros Remuneratórios do Plano;
Atualização Monetária;
Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e
Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).

2.7 Contratos de previdência (seguros)
A Entidade utilizou as regras do CPC11, da SUSEP e do CNSP para avaliação e classificação de todos os contratos de previdência com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre.

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída com base nos valores de Devolução de Contribuições ou Resgates previstos nos Planos que por qualquer razão ainda não tenham sido regularizados. As principais premissas de cálculo são:
Valores calculados de Resgates (quando aplicável);
Valores de devolução de contribuições (quando aplicável);
Outros valores a regularizar; e
Atualização monetária.
Teste de adequação dos passivos - TAP
Conforme requerido pela regulamentação vigente, a cada data de balanço a Entidade elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguros permitidos segundo o CPC11, que também estabelece que os contratos de previdência sejam considerados contratos de seguros, contexto operacional da Entidade.
O teste de adequação dos passivos, segundo as determinações legais, considerou todos os fluxos de caixa futuros dos direitos e das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31 de dezembro de 2023 e os valores já provisionados referentes a esses contratos, além de premissas atuariais correntes até o final de vigência destes direitos e obrigações, sem considerar novos contratos e certificados.
Para esse teste, a Entidade elaborou metodologia que considera a sua melhor estimativa para cada um dos fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, sempre utilizando premissas correntes e realistas para o teste. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. A metodologia elaborada pela Entidade leva em consideração elementos que impactam diretamente no fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como níveis de permanência dos participantes no plano, taxas de mortalidade da Tábua BR-EMS-2021 M&F publicada pela SUSEP, além da já mencionada taxa de juros livre de risco.

2.8 Avaliação de passivos originados de contratos de previdência Provisões relacionadas à atividade de previdência
As provisões técnicas visam dar garantia às operações de previdência privada, com base em cálculos atuariais. São calculadas, quando aplicável, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021 e circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Correspondem ao valor das obrigações assumidas sob forma de de aposentadoria, pensão e pecúlio.

2.9 Obrigações a pagar
São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata" dia).

Provisão Complementar de Cobertura (PCC): constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As principais premissas de cálculo são:
Tábua de Mortalidade BR-EMS 2021, segregada por sexo;
Indexador monetário do Plano; e
Taxa de juros livre de risco (padrão SUSEP);
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:
Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados;
Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados;
Probabilidade de perda judicial (para despesas vinculados a processos judiciais);
Atualização monetária vinculada.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída para cobrir os eventos já ocorridos e que por qualquer motivo ainda não foram avisados à Entidade. As principais premissas de cálculo são:
Valores de Benefícios registrados (avisados, reestimados, cancelados e pagos);
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (quando aplicável); e

Continua...